



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

RGPD

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo, adiante designado por CSPM, respeita e valoriza a privacidade dos seus clientes, colaboradores, parceiros, fornecedores e restantes titulares de dados com quem se relaciona e tem como prática, desde a sua fundação, proteger por todos os meios possíveis os seus dados pessoais.

Entende-se por *Dados Pessoais* qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, relativa a uma pessoa singular, direta ou indiretamente, identificada ou identificável (titular dos dados).

O objetivo deste documento é dar visibilidade e transparência às práticas e mecanismos de tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade do CSPM, reiterando o compromisso para com o cumprimento escrupuloso da legislação aplicável nesta matéria.

Como compromisso na garantia de privacidade, patente na sua cultura organizacional, o CSPM definiu um âmbito de aplicação das regras de privacidade ao abrigo da legislação em vigor, destinado a garantir o cumprimento integral das regras neste domínio, em todas as atividades desenvolvidas.

OBJETO

A presente política descreve o modo como o CSPM procede ao tratamento das informações pessoais dos titulares dos dados (também designados por “titular” ou “titulares”), nos termos do artigo 13.º do Regulamento Geral da UE sobre a Proteção de Dados (a seguir designado por “RGPD”), assim como de que forma se processa a sua utilização, partilha, acesso, alteração e eliminação.

A presente política abrange todas as operações envolvendo dados pessoais, tais como a recolha, registo, estruturação, conservação, alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição.

Todas as informações pessoais transmitidas pelos titulares dos dados ao CSPM são utilizadas, exclusivamente, nas finalidades para que forem recolhidas nos termos desta Política de Privacidade.

A presente Política de Privacidade estabelece o modo e os termos do tratamento dos seus dados pessoais, dos titulares dos dados e também, designadamente:

- Finalidades do tratamento dos dados
- Fundamento legal da recolha de dados
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais
- Existência ou não de transferências internacionais de dados
- Prazo de conservação dos dados
- Existência e forma de exercer os direitos enquanto titular de dados
- Direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo

A presente Política de Privacidade poderá, a todo o tempo, ser objeto de alteração ou revisão, sendo quaisquer alterações ou revisões devidamente divulgadas e comunicadas via e-mail ou no website da Instituição <https://www.cspmeas.com> e imediatamente disponibilizadas na sede Instituição.

TIPO E FONTE DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS



Tratamos os dados pessoais que recebemos no âmbito da relação de prestação de serviços com clientes ou potenciais clientes, na relação contratual com colaboradores (incluindo estagiários e voluntários) e com fornecedores/parceiros e no âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulatórias aplicáveis. Além disso, tratamos dados pessoais fornecidos por outras entidades ou de terceiros sempre que tal seja relevante (por exemplo, para a realização de um estágio, de um programa ocupacional ou com base num consentimento seu). Por outro lado, tratamos dados pessoais que, sempre que seja relevante, recebemos de organismos públicos ou privados, como por exemplo a Segurança Social, o Ministério da Saúde, sempre que estejamos legitimados para tal nos termos da lei.

Entre outros, consideramos dados pessoais cujo tratamento possa ser necessário e/ou relevante, aqueles que são requeridos no início da relação com o titular ou cliente ou potencial cliente, ou colaborador/ potencial colaborador, fornecedor ou parceiro, ou no processo de contratação, controlo e/ou seguimento de um serviço específico ou dentro de uma das nossas respostas sociais, incluindo os seguintes:

Área sénior: Nome, data de nascimento, estado civil, habilitações literárias, morada, telefone, telemóvel, N° BI/CC, NISS, NIF, N° SNS, médico assistente, principais doenças, comprovativos de rendimentos, nacionalidade, agregado familiar, situação socioeconómica do cliente, contexto habitacional, hábitos gostos/interesses relacionadas com atividades da vida diária, resultados da avaliação multidimensional, imagem, informação médica, assinaturas manuscritas.

Área infância: Da criança - Nome, data de nascimento, morada, N° BI/CC, NISS, NIF, N° SNS, médico assistente, principais doenças, nacionalidade, agregado familiar, hábitos gostos/interesses, resultados da avaliação diagnóstica e de competências, imagem, informação médica. Dos pais/Encarregado de Educação ou por quem exerça as responsabilidades parentais - Nome, data de nascimento, estado civil, habilitações literárias, morada, telefone, telemóvel, N° BI/CC, NIF, comprovativos de rendimentos, nacionalidade, assinaturas manuscritas.

Área de Recursos Humanos: Nome, morada, telefone/telemóvel, e-mail, data de nascimento, naturalidade, n° documento de identificação, NISS, NIF, n.º carta de condução, habilitações literárias, experiência profissional, conhecimentos técnico-profissionais, certificados de formação, IBAN, estado civil, n° de dependentes, n° de dependentes com deficiência, curriculum vitae, assinatura manuscrita, registo criminal, resultado da ficha de aptidão médica, resultados da avaliação de desempenho, período de férias, motivos de baixa, imagem, registo biométrico.

Prestadores de serviço a título individual: Nome, morada, telefone/telemóvel, e-mail, NIF, habilitações literárias, experiência profissional, conhecimentos técnico-profissionais, certificados de formação, IBAN, assinatura manuscrita, registo criminal, resultado da ficha de aptidão médica, registo biométrico.

Outros dados que estejam na documentação entregue ao CSPM ou obtida como consequência da relação com o mesmo, tais como Cartão do Cidadão ou outros documentos relevantes de identificação, tanto em suporte físico como digital e, em geral, qualquer documentação e informação dos contactos mantidos com o cliente, colaborador, fornecedor ou parceiro, por diferentes meios.



1.1 FORMA DE RECOLHA

Direta, junto do titular dos dados, nomeadamente através de:

- Pelo preenchimento da ficha de inscrição e demais modelos de preenchimento para efeitos da constituição do seu processo individual (caso cliente, trabalhador/colaborador);
- No estabelecimento do Contrato (de Prestação de Serviços, de Trabalho, outro);
- Na avaliação e acompanhamento do seu Plano Individual (caso cliente);
- Na avaliação e acompanhamento do seu desempenho profissional (caso colaborador);
- Na apresentação de uma reclamação (caso cliente, fornecedor ou parceiro).

FINALIDADE DO TRATAMENTO E FUNDAMENTO LEGAL

Tratamos os dados pessoais anteriormente enunciados de acordo com o disposto no RGDP e restante legislação aplicável neste âmbito.

A) Para gestão e execução do contrato ou outras diligências solicitadas pelo titular dos dados (Art. 6.º n.º 1 alínea b) RGPD)

O tratamento de dados pessoais é feito com a finalidade de manter a relação do CSPM com o cliente ou potencial cliente, colaborador ou potencial colaborador, fornecedor ou parceiro, titular dos dados e para permitir prestar os serviços contratualizados, manter a relação de trabalho, bem como os serviços complementares particularmente para a execução dos nossos contratos consigo e para a execução e tratamento dos seus pedidos (incluindo pedidos de contacto, exposições e reclamações no âmbito das quais nos transmita os seus dados).

B) No âmbito de um interesse legítimo (Art. 6.º n.º 1 alínea f) RGPD)

Sempre que necessário, tratamos os seus dados, para salvaguarda de interesses legítimos quer do CSPM quer de terceiros. Exemplo: Exercício de direitos legais e de defesa em caso de litígios judiciais.

C) Com base no seu consentimento (Art. 6.º n.º 1 alínea a) RGPD)

Sempre que nos tenha dado o seu consentimento para o tratamento de dados pessoais para fins específicos (por exemplo, autorização do uso de imagem, autorização do uso do contacto telefónico para contactos rápidos de proximidade), realizaremos o tratamento que lhe foi informado e no qual consentiu. O consentimento pode ser revogado a qualquer altura. Tal aplica-se também à revogação de consentimentos informados, que nos tenham sido concedidos antes da entrada em vigor da RGDP, ou seja, antes de 25 de maio de 2018. Queira ter em conta que a revogação aplica-se apenas a situações futuras não tendo assim efeitos retroativos. O tratamento ocorrido antes da revogação não é por ela abrangido.

D) Por imperativo legal (Art. 6.º n.º 1 alínea c) RGPD)

Além disso, enquanto instituição particular de solidariedade social, o CSPM está sujeito a diversas obrigações legais (por exemplo, legislação tributária), bem como a disposições relativas à supervisão da atividade (por exemplo, da Segurança Social). Os objetivos do tratamento de dados poderão ser, entre outros:

- Avaliação do cumprimento das obrigações legais e de funcionamento das respostas sociais;
- Avaliação sobre cumprimento do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social.

E) Pela defesa de interesses vitais do titular dos dados (Art. 6.º n.º 1 alínea d) RGPD)

Sempre que necessário, tratamos os seus dados, para salvaguarda do seu interesse vital. Exemplo:

- Situações de emergência com encaminhamento, para unidades de saúde e hospitalares.



DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS RELATIVAMENTE ÀS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nos termos previstos na lei, é garantido aos titulares dos dados o direito de acesso, atualização, portabilidade e retificação dos seus dados pessoais, bem como o direito de oposição ao tratamento dos mesmos, devendo para o efeito contactar o CSPM a qualquer altura. Os titulares dos dados têm o direito de recusar, no todo ou em parte, o tratamento.

Os titulares dos dados gozam igualmente dos direitos previstos nos artigos 16.º a 21.º do RGPD (direito de confirmação, «direito a ser esquecido», direito à limitação do tratamento, direito à portabilidade dos dados, direito de oposição) e do direito de apresentar reclamação junto das autoridades supervisoras, devendo para o efeito contactar o CSPM.

O titular dos dados tem ainda o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), autoridade de controlo nacional competente, através da morada Rua de São Bento, n.º 148, 1200-031 Lisboa, ou por meio dos contactos disponíveis em www.cnpd.pt, sempre que entenda que o tratamento dos seus dados pessoais, realizado pelo CSPM, viola a legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

O CSPM disponibiliza aos titulares de dados por si mantidos instrumentos que possibilitam a atualização e a alteração das informações pessoais transmitidas.

EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

O Responsável pelo Tratamento de Dados do titular dos dados é o Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo, sediado na Rua Padre Eurico n.º 380, 3140-165 Meãs do Campo. Para exercer os seus direitos, o Titular dos Dados deverá contactar a qualquer altura, através de uma das seguintes formas colocadas ao seu dispor:

- Dirigindo-se à sede;
- Por email, para o endereço dpo@cspmeas.com;
- Mediante pedido escrito, endereçado a Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo, Rua Padre Eurico n.º 380, 3140-165 Meãs do Campo.

CATEGORIAS DE PESSOAS QUE PODEM TER ACESSO À INFORMAÇÃO

As informações pessoais transmitidas ou recolhidas, serão tratadas pelo CSPM na qualidade de Responsável encarregue pelo Tratamento de Dados. As informações pessoais serão tratadas pelos colaboradores encarregues pelo seu tratamento:

- Trabalhadores e prestadores de serviços autorizados no fornecimento dos respetivos serviços (por exemplo, Diretora Técnica, Educador de Infância, Trabalhadores de ação direta, Enfermeiro/a);
- Trabalhadores e técnicos da área Administrativa e de qualquer outra área relevante do CSPM, na qualidade de pessoas responsáveis pelo tratamento dos dados e subcontratantes internos.

Pode ocorrer subcontratação a prestadores de serviços para a realização, em seu nome, de determinadas operações de tratamento de dados, ou que faculte o acesso a dados pessoais de acordo com as instruções fornecidas pelo CSPM em conformidade com a presente Política de Privacidade. Estes prestadores procedem ao



tratamento das informações pessoais na qualidade de subcontratantes externos, com base em compromissos contratuais e/ou em declarações de confidencialidade, incluindo, por exemplo:

- fornecedores de serviços relacionados com a prestação de atividades educativas e gerontológicas;
- fornecedores de serviços relacionados com a gestão da qualidade, nutrição;
- fornecedores de serviços para gestão, manutenção e desenvolvimento dos sistemas informáticos e do sítio web (por exemplo, domínio do website);
- fornecedores de serviços relacionados com a contabilidade e área jurídica.

Aquando da realização das atividades acima previstas, o CSPM transmite instruções operacionais e normas de conduta em matéria de tratamento das informações pessoais, em conformidade com a presente Política de Privacidade.

TERCEIROS A QUEM A INFORMAÇÃO PODERÁ SER COMUNICADA

Os dados voluntariamente fornecidos pelo titular dos dados ao tornar-se cliente, trabalhador, colaborador, fornecedor ou parceiro para além da utilização exclusiva, não serão transmitidos a quaisquer outros terceiros sem o prévio consentimento do seu titular.

Não obstante o acima expresso, as informações do titular dos dados podem ser comunicadas a terceiros, pelos motivos seguidamente indicados:

- respeitar as obrigações impostas em disposições normativas e protocolos, assim como na legislação nacional e europeia;
- aplicar legislação exigida pelas autoridades públicas;
- no decorrer de mandatos judiciais;
- permitir a defesa do CSPM em tribunal, por exemplo, no caso de violações cometidas pelo titular dos dados ou por terceiros.

As entidades referidas tratam as informações na qualidade de Responsável independente pelo Tratamento de Dados. Nessa medida, a utilização dos dados por parte destas entidades não está abrangida pela presente Política de Privacidade.

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Atendendo à tipologia de serviços prestados pelo CSPM, não ocorrem transferências internacionais de dados pessoais.

CARÁCTER OPCIONAL OU OBRIGATÓRIO DO CONSENTIMENTO PRESTADO PELO TITULAR DOS DADOS

O fornecimento dos dados pessoais pelo titular dos dados é obrigatório para o estabelecimento da relação contratual dos serviços solicitados, do vínculo laboral ou da relação de parceria/fornecimento. O titular dos dados reconhece e aceita que a eventual recusa em fornecer os dados pessoais necessários irá impossibilitar a continuidade da relação existente.



SEGURANÇA

O CSPM desenvolve os melhores esforços para proteger os seus dados pessoais contra a destruição, perda, alterações acidentais ou ilícitas e divulgação ou acessos não autorizados.

Para o efeito o CSPM utiliza sistemas de segurança, regras e outros procedimentos, de modo a garantir a proteção dos seus dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizado aos dados, o uso impróprio, a sua divulgação, perda ou destruição.

PRAZO DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O CSPM acede, utiliza, trata, arquiva e armazena informações e dados pessoais unicamente para os fins descritos na presente Política de Privacidade e em conformidade com o consentimento manifestado pelo titular dos dados, se necessário. Em termos concretos, o CSPM faz a recolha de informações pessoais de acordo com:

- Os fins para que foram recolhidos;
- O consentimento manifestado pelo titular dos dados;
- As normas e legislação nacional.

A conservação e a eliminação das informações e dados pessoais é efetuada no tempo considerado necessário para os fins da recolha e posterior tratamento, nomeadamente, no respeito pelo eventual período de retenção necessário nos termos da legislação aplicável (por exemplo, conservação de documentação contabilística).

Caso exerça os seus direitos (de oposição, de limitação, de apagamento ou outro), deixando de usufruir dos serviços do CSPM, os seus dados serão eliminados com exceção daqueles necessários para efeitos de cumprimento de obrigações contratuais, administrativos, fiscais, contabilísticos ou legais posteriores à cessação do uso do serviço pelo titular dos dados.

Assim que as obrigações acima referidas sejam cumpridas, os seus dados serão, em qualquer dos casos, eliminados definitivamente. Informamos também que esses dados serão recolhidos, tratados e armazenados em total conformidade com as disposições da legislação nacional e europeia em vigor.

O CSPM procede ao tratamento das informações dos titulares dos dados para fins contratuais durante 5 (cinco) anos após a cessação do contrato.

DADOS REFERENTES A TITULARES DE DADOS MENORES DE 13 ANOS

O CSPM reconhece a importância de proteger os dados pessoais de menores, especialmente os que tenham menos de 13 anos. Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e da legislação nacional aplicável, o tratamento de dados pessoais de crianças com menos de 13 anos apenas é lícito quando for dado o consentimento pelos titulares das responsabilidades parentais sobre o menor.



Assim, sempre que seja necessário recolher, tratar ou conservar dados pessoais de menores de 13 anos – nomeadamente no âmbito da frequência de respostas sociais como Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres e Atividades de Animação e Apoio à Família – o Centro solicita o consentimento expresso dos pais ou representantes legais, garantindo que:

- Os dados recolhidos se limitam ao estritamente necessário à prestação dos serviços contratualizados;
- Os dados são utilizados exclusivamente para as finalidades previamente identificadas e comunicadas aos titulares das responsabilidades parentais;
- São adotadas medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a confidencialidade, integridade e segurança dos dados dos menores.

O Centro compromete-se a não transmitir a terceiros os dados pessoais dos menores sem o devido consentimento dos pais ou representantes legais, salvo quando exigido por obrigação legal.

OPOSIÇÃO À RECEÇÃO DE CONTACTOS PARA FINS DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES

O CSPM pode promover ações de divulgação junto dos seus Clientes/ Trabalhadores/ Colaboradores/ Fornecedores/ Parceiros, de novos serviços ou atividades, nomeadamente através de telefone, e-mail, SMS, MMS ou qualquer outro serviço de comunicações eletrónicas, caso o titular dos dados pessoais tenha dado o respetivo consentimento.

Caso o titular de dados pessoais não pretenda continuar a rececionar estas comunicações pode, a qualquer momento, retirar o seu consentimento à utilização dos seus dados para fins de divulgação de atividades.

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A nossa Política de Privacidade pode ser alterada a qualquer momento e sem aviso prévio, estando disponível para consulta na nossa sede e no sítio web do CSPM: <http://www.cspmeas.com>. Qualquer alteração à política de privacidade será publicada nesta página e, se as alterações forem significativas, providenciaremos um aviso mais personalizado.

Meãs do Campo, 24 de abril de 2025

O Presidente da Direção do Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo


Pe. Mozart de Azevedo Filho